



Universidade de Brasília (UnB)
Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas
(FACE)
Departamento de Administração (CCA)
Curso de Especialização em Gestão Pública Municipal

Tiago Araújo de Oliveira

**A efetividade dos consórcios intermunicipais de turismo como mecanismos de
promoção do desenvolvimento turístico regional: Estudo de Caso Consórcio
Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí**

Brasília - DF

2024

Professora Doutora Márcia Abrahão Moura
Reitora da Universidade de Brasília

Professor Doutor Enrique Huelva Unternbäumen
Vice-Reitor da Universidade de Brasília

Professor Doutor Lucio Remuzat Rennó Junior
Decano de Pós-Graduação

Professor Doutor José Márcio Carvalho
Diretor da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas
Públicas

Professor Doutor Rodrigo Rezende Ferreira
Chefe do Departamento de Ciências Contábeis e Atuarias

Professora Doutora Letícia Lopes Leite
Coordenadora-Geral UAB

Professora Doutora Fátima de Souza Freire
Coordenadora do Curso de Especialização em Gestão Pública Municipal

Tiago Araújo de Oliveira

**A efetividade dos consórcios intermunicipais de turismo como mecanismos de
promoção do desenvolvimento turístico regional: Estudo de Caso Consórcio
Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí**

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo)
apresentado ao Departamento de
Administração e Atuariais da Faculdade de
Economia, Administração, Contabilidade e
Gestão de Políticas Públicas como requisito
parcial à obtenção do grau de Especialista
em Gestão Pública Municipal.

Orientador: Prof. Dr. José Matias-Pereira

Brasília - DF

2024

CIP - Catalogação na Publicação

A ARAUJO DE OLIVEIRA, TIAGO.
A efetividade dos consórcios intermunicipais de turismo como mecanismos de promoção do desenvolvimento turístico regional: Estudo de Caso Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí / TIAGO ARAUJO DE OLIVEIRA; orientador José Matias Pereira. -- Brasília, 2024.
31 p.

Monografia (Especialização - Gestão Pública Municipal) -- Universidade de Brasília, 2024.

1. Consórcios Intermunicipais. 2. Desenvolvimento Regional. 3. Governança Colaborativa. 4. Turismo. I. Matias Pereira, José , orient. II. Título.

Tiago Araújo de Oliveira

**A efetividade dos consórcios intermunicipais de turismo como mecanismos de
promoção do desenvolvimento turístico regional: Estudo de Caso Consórcio
Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí**

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo)
apresentado ao Departamento de
Administração e Atuariais da Faculdade de
Economia, Administração, Contabilidade e
Gestão de Políticas Públicas como requisito
parcial à obtenção do grau de Especialista
em Gestão Pública Municipal.

Data de aprovação: 05/08/2024.

Prof. Dr. José Matias Pereira
Orientador

Prof. Me. Daniel Souza
Professor - Examinador

AGRADECIMENTOS

Gostaria de expressar meus sinceros agradecimentos aos professores envolvidos neste curso, que se dedicam a uma das missões mais nobres que existem: compartilhar conhecimento. Agradeço profundamente por suas valiosas contribuições, orientação e inspiração ao longo desta jornada, em especial, ao meu orientador, Prof. José Matias-Pereira.

"A jornada de mil milhas começa com um
único passo." – Lao Tzu

RESUMO

Este artigo investiga a efetividade de consórcios intermunicipais de turismo como estratégia de desenvolvimento turístico regional. Foca, em especial, no Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí. Fundamentado em uma abordagem qualitativa com estudo de caso, o estudo analisou como a cooperação intermunicipal pode contribuir para fortalecer a oferta turística em nível regional. Os resultados indicaram que o consórcio facilitou a integração dos municípios participantes na promoção de atrativos turísticos compartilhados, resultando em um aumento significativo no fluxo de visitantes e na geração de receita local. A governança colaborativa foi identificada como fundamental para o sucesso do consórcio, permitindo uma gestão eficiente de recursos e uma resposta ágil às demandas emergentes do setor. No entanto, desafios como a sustentabilidade financeira e a adaptação às mudanças econômicas foram igualmente reconhecidos. Este estudo oferece insights relevantes para gestores públicos e stakeholders interessados em promover o desenvolvimento turístico sustentável através da cooperação intermunicipal.

Palavras-chave: Consórcios Intermunicipais; Desenvolvimento Regional; Turismo; Governança Colaborativa.

ABSTRACT

This article investigated the effectiveness of the Intermunicipal Consortium of Médio Vale do Itajaí as a strategy for regional tourism development. Grounded in a qualitative approach with a case study design, the study examined how intermunicipal cooperation can strengthen regional tourism offerings. Findings indicated that the consortium facilitated integration among participating municipalities in promoting shared tourist attractions, resulting in a significant increase in visitor flow and local revenue generation. Collaborative governance was identified as critical to the consortium's success, enabling efficient resource management and agile responses to emerging sectoral demands. However, challenges such as financial sustainability and adaptation to economic changes were also recognized. This study provides valuable insights for public managers and stakeholders interested in promoting sustainable tourism development through intermunicipal cooperation.

Palavras-chave: Intermunicipal Consortia; Regional Development; Tourism; Collaborative Governance.

LISTA DE TABELAS E FIGURAS

Tabelas

Tabela I – Consórcios Intermunicipais de Turismo mais relevantes do Brasil.....	19
Tabela II – Crescimento do PIB dos principais municípios do CIMVI.....	21
Tabela III – Crescimento do orçamento anual do CIMVI.....	22

SUMÁRIO

1.INTRODUÇÃO	13
1.1. Justificativa do Projeto.....	13
1.2. Questões Relevantes.....	13
1.3. Objetivos	13
1.4. Pergunta de Trabalho de Pesquisa.....	13
2.REFERENCIAL TEÓRICO	15
2.1. Gestão pública, desenvolvimento regional e turismo.....	14
2.2. Cooperação intermunicipal e redes de governança	15
2.3. Sustentabilidade, inovação em políticas públicas e a participação social	16
3.PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	18
4.RESULTADOS E ANÁLISES	19
4.1. Identificação de consórcios intermunicipais de turismo relevantes no Brasil.....	18
4.2. O Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí (CIMVI): Um modelo de sucesso na gestão turística regional.....	20
4.3. Circuito do Vale Europeu, a brilhante ideia do (CIMVI).....	21
4.4. Identificação dos principais desafios.....	22
4.5. Propostas de aprimoramento.....	23
5.CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	24
REFERÊNCIAS	26

1. INTRODUÇÃO

Desde o século XX, os consórcios intermunicipais de turismo têm sido adotados como uma estratégia para promover o desenvolvimento turístico em diversas regiões do Brasil. Estas organizações surgem como uma alternativa de cooperação entre municípios para potencializar recursos e atrativos turísticos locais.

A gestão pública municipal, em seu papel de promotora do desenvolvimento local, enfrenta desafios crescentes em um mundo cada vez mais interconectado e competitivo. Dentre as diversas estratégias adotadas para superar esses desafios, os consórcios intermunicipais têm se destacado como uma forma eficaz de cooperação entre municípios, visando otimizar recursos e potencializar ações de desenvolvimento regional. No contexto do turismo, essa cooperação pode ser especialmente vantajosa, dado o caráter muitas vezes regional das atrações e dos fluxos turísticos.

O turismo é reconhecido como um motor importante para o desenvolvimento econômico regional, promovendo a geração de emprego, renda e a valorização cultural e ambiental dos territórios. No entanto, para que o turismo cumpra esse papel, é essencial que haja uma gestão coordenada e estratégica, capaz de integrar esforços e maximizar o potencial de cada município envolvido. Nesse sentido, os consórcios intermunicipais de turismo surgem como uma solução moderna, promovendo a colaboração entre diferentes entes municipais para o planejamento e execução de políticas públicas mais eficientes.

A literatura sobre gestão pública e desenvolvimento regional destaca a importância da cooperação intermunicipal como uma ferramenta de governança que pode resultar em benefícios significativos para os municípios consorciados. Segundo Bresser-Pereira (2001), a cooperação intermunicipal pode aumentar a capacidade administrativa e financeira dos municípios, permitindo uma gestão mais eficaz dos recursos públicos e a implementação de projetos de maior envergadura.

Este artigo tem como objetivo avaliar a efetividade dos consórcios intermunicipais de turismo como estratégia de desenvolvimento regional. Para isso, será realizado um estudo de caso do Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí, em Santa Catarina, analisando seu

funcionamento, principais resultados e desafios enfrentados. Busca-se contribuir para a compreensão dos mecanismos e impactos dos consórcios intermunicipais de turismo, oferecendo subsídios para a formulação de políticas públicas mais eficientes e sustentáveis no âmbito do desenvolvimento regional.

1.1 Justificativa do Projeto

Este estudo é relevante devido à importância do turismo para o desenvolvimento regional, à crescente adoção de consórcios intermunicipais como instrumento de gestão pública e à escassez de pesquisas que avaliem a eficácia dessas organizações.

1.2 Questões Relevantes

Qual a contribuição dos consórcios intermunicipais de turismo para o desenvolvimento turístico regional?

Quais os principais desafios enfrentados por essas organizações?

Como os consórcios intermunicipais de turismo podem ser aprimorados para aumentar sua efetividade?

1.3 Objetivos

Geral: Analisar a efetividade dos consórcios intermunicipais de turismo como mecanismos de promoção do desenvolvimento turístico regional.

Específicos:

- 1) Identificar os consórcios intermunicipais de turismo atuantes no Brasil.
- 2) Abordar o caso do Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí - CIMVI.
- 3) Identificar os principais desafios enfrentados pelos consórcios intermunicipais de turismo.
- 4) Propor medidas para aprimorar a atuação dos consórcios intermunicipais de turismo como fomentadores do turismo regional.

1.4 Pergunta de Trabalho de Pesquisa

Os consórcios intermunicipais de turismo são efetivos na promoção do desenvolvimento turístico regional?

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. Gestão pública, desenvolvimento regional e turismo

A base teórica deste estudo se fundamenta em três eixos principais: gestão pública, desenvolvimento regional e turismo. Esses conceitos são necessários para entender como os consórcios intermunicipais de turismo podem ser efetivos na promoção do desenvolvimento regional.

Gestão Pública: Matias-Pereira (2010, p. 125), ao tratar do tema “gestão pública” destacou que: “A boa governança no setor público requer, entre outras ações, uma gestão estratégica, gestão política e gestão da eficiência, eficácia e efetividade. É por meio de uma gestão estratégica que se torna viável criar valor público. Isso diz respeito à capacidade da administração pública de atender de forma efetiva e tempestiva as demandas ou carências da população que sejam politicamente desejadas (legitimidade); sua propriedade seja coletiva; e, requeiram a geração de mudanças sociais (resultados) que modifiquem aspectos da sociedade. Com a gestão política, pode-se buscar a obtenção da legitimidade junto aos dirigentes políticos e a população. A gestão da eficiência, eficácia e efetividade é a forma de usar adequadamente os instrumentos disponíveis para tornar viável uma boa governança.”

Desenvolvimento Regional: o desenvolvimento regional é um conceito multifacetado que envolve a melhoria das condições econômicas, sociais e ambientais de uma região. Segundo autores contemporâneos, como Souza (2018) e Lima (2021), o desenvolvimento regional deve ser compreendido como um processo dinâmico e integrado, onde as ações de desenvolvimento não podem ser isoladas, mas sim coordenadas para criar sinergias. Nesse contexto, os consórcios intermunicipais são vistos como agentes facilitadores desse desenvolvimento, promovendo a integração das políticas públicas e a mobilização de recursos em prol de objetivos comuns. A regionalização das políticas de desenvolvimento permite que os municípios, especialmente os menores e com menos recursos, tenham acesso a oportunidades e benefícios que seriam inatingíveis de forma isolada.

Turismo: o turismo é reconhecido como um setor estratégico para o desenvolvimento regional, devido ao seu potencial de gerar emprego, renda e promover a valorização cultural e

ambiental. Segundo Hall e Page (2006), o turismo pode ser um motor de desenvolvimento regional, mas para isso é necessário um planejamento estratégico que considere as especificidades locais e promova a sustentabilidade. Os consórcios intermunicipais de turismo são uma ferramenta valiosa para esse tipo de planejamento, pois permitem uma abordagem integrada e coordenada, onde os municípios podem desenvolver e promover conjuntamente seus recursos turísticos, criando rotas e produtos mais atraentes e competitivos. Além disso, a cooperação intermunicipal pode facilitar a captação de investimentos e a realização de ações de marketing mais eficazes.

Esses três eixos teóricos fornecem a base para entender como os consórcios intermunicipais de turismo podem contribuir para o desenvolvimento regional, destacando a importância da gestão pública eficiente, da integração regional e do planejamento estratégico do turismo. A partir dessa fundamentação teórica, este estudo pretende analisar a efetividade dessas iniciativas e oferecer subsídios para a formulação de políticas públicas mais integradas e sustentáveis.

2.2. Cooperação intermunicipal e redes de governança

Governança é entendida como uma modalidade de política que reúne atores dos setores público, privado e do terceiro setor, que trabalham juntos para maximizar resoluções cooperativas em benefício do desenvolvimento regional. Ao mesmo tempo, busca-se minimizar ações que não correspondam aos desejos e necessidades dos atores envolvidos e da sociedade civil, evitando prejudicar as atividades da governança (CONCEIÇÃO, ANJOS & ANJOS, 2019).

A teoria da cooperação intermunicipal destaca a importância da colaboração entre municípios para enfrentar desafios comuns e aproveitar oportunidades coletivas. Segundo Hulst e Montfort (2007), a cooperação intermunicipal pode assumir diversas formas, desde acordos informais até consórcios legalmente constituídos, e oferece benefícios como economia de escala, compartilhamento de conhecimento e recursos, e maior capacidade de influenciar políticas regionais e nacionais. Essa cooperação é essencial para superar limitações individuais dos municípios, especialmente em áreas como infraestrutura, marketing turístico e desenvolvimento de produtos.

As redes de governança emergem como uma abordagem eficaz para a gestão de políticas públicas em contextos complexos e interdependentes. De acordo com Rhodes (1996), as redes de governança envolvem múltiplos atores, incluindo governos locais, empresas, organizações não governamentais e comunidades, que colaboram de forma horizontal e baseada em confiança mútua. No contexto dos consórcios intermunicipais de turismo, as redes de governança permitem uma gestão mais flexível e adaptativa, facilitando a coordenação entre os municípios e a inclusão de diversos *stakeholders* no processo de desenvolvimento turístico. Essa abordagem promove uma visão compartilhada e uma responsabilidade coletiva pela implementação das políticas e ações.

2.3. Sustentabilidade no turismo, inovação em políticas públicas e a participação social

A sustentabilidade é um conceito central para o desenvolvimento turístico moderno. Conforme definido pela Organização Mundial do Turismo (OMT), o turismo sustentável deve levar em consideração os impactos econômicos, sociais e ambientais, atendendo às necessidades dos visitantes, da indústria, do meio ambiente e das comunidades anfitriãs. Autores como Beni (2019) e Barreto (2020) argumentam que a integração dos princípios de sustentabilidade nos projetos de turismo é essencial para garantir que os benefícios econômicos não venham à custa da degradação ambiental ou da perda cultural. Nos consórcios intermunicipais de turismo, a adoção de práticas sustentáveis pode aumentar a atratividade e a competitividade dos destinos, ao mesmo tempo que preserva os recursos naturais e culturais para as gerações futuras.

A inovação em políticas públicas é importante para a eficácia dos consórcios intermunicipais de turismo. A inovação pode ocorrer em diferentes aspectos, incluindo o desenvolvimento de novos produtos turísticos, a utilização de tecnologias avançadas para marketing e gestão, e a implementação de novos modelos de governança. Osborne e Brown (2011) destacam que a inovação no setor público é um processo contínuo de adaptação e mudança, impulsionado por fatores internos e externos. Para os consórcios intermunicipais de turismo, a capacidade de inovar é fundamental para se adaptar às mudanças nas demandas dos turistas, nas condições econômicas e nas políticas governamentais.

A participação ativa da comunidade local é um fator determinante para o sucesso e a

sustentabilidade dos projetos turísticos. A ideia do desenvolvimento turístico comunitário, conforme discutida por Santos (2020), enfatiza que o envolvimento da comunidade na tomada de decisões e na gestão dos recursos turísticos garante que os benefícios do turismo sejam amplamente distribuídos e que os impactos negativos sejam minimizados. Nos consórcios intermunicipais de turismo, a inclusão da comunidade pode fortalecer a coesão social, aumentar o apoio local aos projetos turísticos e promover um desenvolvimento mais equilibrado e inclusivo.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este artigo adotará uma abordagem metodológica que combina métodos qualitativos e estudo de caso para analisar a efetividade dos consórcios intermunicipais de turismo como estratégia de desenvolvimento regional. A escolha por uma abordagem qualitativa permite uma compreensão aprofundada dos contextos específicos e das dinâmicas interorganizacionais envolvidas nos consórcios intermunicipais de turismo.

A coleta de dados será realizada por meio de análise documental de relatórios, atas de reuniões e documentos estratégicos dos consórcios, sítios eletrônicos e leis ou decretos municipais. Essa abordagem permitirá uma triangulação de fontes de dados para garantir a validade e a confiabilidade das informações coletadas.

A análise dos dados seguirá uma abordagem indutiva, utilizando técnicas de análise de conteúdo para identificar padrões, temas emergentes e relações entre variáveis. A análise buscará compreender os principais fatores que influenciam a efetividade dos consórcios intermunicipais de turismo, bem como os desafios enfrentados e as estratégias adotadas para superá-los.

É importante reconhecer que este estudo pode enfrentar algumas limitações, como a disponibilidade limitada de dados históricos consistentes sobre os consórcios intermunicipais de turismo, a complexidade na obtenção de dados detalhados sobre o impacto econômico e social das iniciativas e possíveis vieses na interpretação dos resultados devido à natureza qualitativa da pesquisa. Pesquisas posteriores poderão aprofundar-se em aspectos não abordados aqui, como o efeito de políticas públicas específicas e a comparação com outros

arranjos intermunicipais.

Esses procedimentos metodológicos foram desenhados para oferecer uma análise abrangente e robusta da efetividade dos consórcios intermunicipais de turismo como estratégia de desenvolvimento regional, contribuindo assim para a compreensão teórica e prática deste tema complexo e dinâmico.

4. RESULTADOS E ANÁLISES

4.1. Identificação dos consórcios intermunicipais de turismo relevantes no Brasil

No cenário turístico brasileiro, os consórcios intermunicipais se configuram como ferramentas estratégicas para o desenvolvimento regional integrado e sustentável. Sua importância reside na capacidade de articular municípios com vocações turísticas complementares, promovendo a otimização de recursos, a união de esforços e a criação de produtos turísticos mais competitivos. (<https://citmar.sc.gov.br/>; <https://cimvi.sc.gov.br/>; <https://cotimarg.tur.br/>; <https://www.cisga.com.br/>)

Esses consórcios se mostram relevantes por diversos fatores. Em primeiro lugar, possibilitam a superação das limitações individuais dos municípios, especialmente aqueles de menor porte, que muitas vezes não dispõem de recursos e expertise suficientes para se destacar, sozinhos, no mercado turístico. Através da ação conjunta, os municípios consorciados podem investir em infraestrutura, qualificação profissional, promoção e marketing, além de desenvolver produtos turísticos inovadores e atrativos para um público mais amplo.

Ademais, os consórcios intermunicipais de turismo fomentam a governança regional, promovendo a participação ativa das comunidades locais na tomada de decisões e na gestão dos destinos turísticos. Essa participação contribui para a valorização da identidade cultural e do patrimônio natural da região, garantindo um turismo mais autêntico e responsável.

A seguir, na tabela 1, lista-se alguns dos Consórcios Intermunicipais de Turismo de grande relevância nacional.

Consórcios Intermunicipais de Turismo mais relevantes do Brasil		
Consórcio	Municípios abrangentes	Ano de criação
Consórcio Intermunicipal de Turismo Costa Verde e Mar – CITMAR, Estado de Santa Catarina	Balneário Camboriú, Balneário Piçarras, Bombinhas, Camboriú, Ilhota, Itapema, Itajaí, Navegantes, Penha, Porto Belo	2007
Consórcio de Turismo Intermunicipal da Região Turística “Maravilhas do Rio Grande” - COTIMARG, Estado de São Paulo	Cardoso, Fernandópolis, Guarani D’oeste, Indiaporã, Macedônia, Meridiano, Mira Estrela, Ouroeste, Paulo De Faria, Pedranópolis, Populina, Riolândia, Valentim Gentil, Votuporanga	2020
Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Sustentável da Serra Gaúcha - CISGA , Estado do Rio Grande do Sul	André da Rocha, Antônio Prado, Bento Gonçalves, Carlos Barbosa, Caxias do Sul, Coronel Pilar, Cotiporã, Fagundes Varela, Farroupilha, Garibaldi, Guaporé, Monte Belo do Sul, Nova Araçá, Nova Bassano, Nova Prata, Nova Roma do Sul, Paraí, Pinto Bandeira, Santa Tereza, São Jorge, São Marcos, Veranópolis e Vila Flores	2011
Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí – CIMVI, Estado de Santa Catarina	Benedito Novo, Doutor Pedrinho, Rio dos Cedros, Rodeio, Timbó, Ascurra, Apiúna, Indaial, Pomerode, Botuverá, Gaspar, Guabiruba	1998

Fonte: Elaboração do autor.

4.2. O Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí (CIMVI): Um modelo de sucesso na gestão turística regional

O Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí - CIMVI, em Santa Catarina, se destaca como um exemplo vitorioso da gestão turística regional integrada. Através da união de esforços de 12 municípios, o CIMVI impulsionou o desenvolvimento do turismo na região, gerando resultados positivos tanto para a economia local quanto para a qualidade de vida da população.

Um dos principais impactos do CIMVI foi o aumento do fluxo turístico na região. Através de ações conjuntas de promoção e marketing, o consórcio conseguiu ampliar a visibilidade do Médio Vale do Itajaí no cenário nacional e internacional, atraindo um número cada vez maior de visitantes. Isso se traduziu em um crescimento significativo na receita com turismo, beneficiando diversos setores da economia local, como hotéis, restaurantes, comércio e artesanato.

Outro resultado positivo do CIMVI foi a profissionalização da gestão turística na região. O consórcio promoveu a capacitação dos profissionais envolvidos no setor, além de implementar ferramentas e metodologias modernas de planejamento e gestão. Isso contribuiu para a melhoria da qualidade dos serviços turísticos, a diversificação da oferta e a criação de produtos turísticos mais inovadores e atrativos.

Vale ressaltar, também, o destaque do Médio Vale do Itajaí no cenário nacional do turismo. O sucesso do CIMVI inspirou a criação de outros consórcios intermunicipais em diferentes regiões do Brasil, servindo como modelo de boas práticas para a gestão turística regional.

Do ponto de vista do potencial impacto econômico dos consórcios intermunicipais de turismo, em especial no CIMVI, constata-se, segundo dados do IBGE a seguinte evolução do PIB nas principais cidades da região de atuação do consórcio, conforme tabela 2 a seguir:

Município	PIB municipal em 2013 em R\$	PIB municipal em 2023 em R\$	PIB per capita em 2010 em R\$	PIB per capita em 2021 em R\$
Timbó - SC	119.055.818,80	297.282.234,21	27.170,90	55.453,40
Pomerode - SC	99.504.797,23	343.481.103,23	35.283,30	81.195,67
Indaial - SC	148.529.533,59	524.026.539,65	26.011,66	50.804,13

Fonte: Elaboração do autor com dados extraídos de <https://www.ibge.gov.br/cidades>

Conforme a economia municipal (e também regional) cresceu ao longo do período acima destacado, também houve aumento do orçamento anual do CIMVI, conforme tabela 3 a seguir. Isso demonstra a relevância do consórcio na região e grande compromisso dos gestores.

Orçamento anual do CIMVI em R\$	
2010	3.741.600,00
2013	3.986.728,00
2016	5.084.040,00
2019	8.681.668,17
2022	34.649.839,67
2024	49.747.819,72

Fonte: Elaboração do autor com dados extraídos de <https://cimvi.atende.net/transparencia/item/receitas-orcamentarias#conteudo>

4.3. Circuito do Vale Europeu, a brilhante ideia do (CIMVI)

O Circuito de Cicloturismo do Vale Europeu, localizado em Santa Catarina, destaca-se como uma iniciativa de grande relevância para o desenvolvimento do turismo local e a economia regional. Este circuito, pioneiro no Brasil, proporciona aos ciclistas uma experiência única que combina a beleza natural com a rica herança cultural europeia presente na região. O crescente interesse pelo cicloturismo tem atraído um número cada vez maior de visitantes, promovendo um aumento significativo no fluxo turístico. Este afluxo de turistas, por sua vez, impulsiona a demanda por serviços locais, como hospedagem, alimentação e transporte, beneficiando diretamente a economia local.

Os resultados econômicos positivos decorrentes do Circuito de Cicloturismo do Vale Europeu são substanciais. A diversificação da oferta turística tem gerado novas oportunidades de emprego e fomentado o crescimento de pequenas empresas familiares, que encontram no turismo uma fonte sustentável de renda. Além disso, a valorização do patrimônio cultural e natural da região tem atraído investimentos públicos e privados para a melhoria da infraestrutura turística. A construção de ciclovias, a sinalização adequada das rotas e a criação de pontos de apoio ao ciclista são exemplos de iniciativas que aumentam a atratividade do

circuito e melhoram a experiência dos visitantes, contribuindo para a fidelização dos turistas e o crescimento contínuo do setor.

A gestão profissional e integrada do Circuito de Cicloturismo do Vale Europeu também merece destaque. A colaboração entre os municípios envolvidos e a participação ativa das comunidades locais têm sido determinante para o sucesso da iniciativa. Programas de capacitação para guias turísticos, investimentos em marketing digital e a promoção de eventos ciclísticos são estratégias que têm fortalecido a visibilidade e a competitividade do circuito no cenário nacional e internacional. Esses esforços não só aumentam a atratividade do Vale Europeu como destino de cicloturismo, mas também consolidam a região como um modelo de desenvolvimento turístico sustentável e integrado, promovendo o bem-estar econômico e social das comunidades locais.

Tal circuito possui mais de 300 km de extensão, passando por vários municípios integrantes do consórcio. A alta procura do circuito por praticantes de caminhadas e ciclismo, na modalidade cicloturismo, fez que a região recebesse o título de capital nacional do cicloturismo, conforme lei nº 14.659, de 23 de agosto de 2023.

4.4. Identificação dos principais desafios

A implementação de um consórcio intermunicipal de turismo enfrenta diversos desafios que precisam ser cuidadosamente identificados e abordados para garantir seu sucesso e sustentabilidade. Um dos principais desafios é a coordenação entre os municípios participantes. Diferentes cidades podem ter prioridades, necessidades e capacidades distintas, o que pode dificultar a criação de um plano de ação unificado. Além disso, a competição por recursos e visitantes entre os municípios pode gerar conflitos, comprometendo a cooperação necessária para a eficácia do consórcio. A construção de um ambiente de confiança e a definição de objetivos comuns são essenciais para superar esses obstáculos.

Outro desafio significativo é a sustentabilidade financeira do consórcio. A implementação e manutenção de iniciativas de turismo regional demandam investimentos substanciais em infraestrutura, marketing e capacitação. Muitos municípios, especialmente os menores, podem enfrentar dificuldades financeiras e depender de recursos limitados. A obtenção de financiamento adequado, seja por meio de parcerias públicas e privadas ou pela

captação de fundos estaduais e federais, é valiosa e fundamental. Além disso, é necessário desenvolver modelos de governança financeira que garantam a transparência e a eficiência no uso dos recursos, bem como a distribuição equitativa dos benefícios gerados pelo turismo.

A gestão eficiente do consórcio intermunicipal de turismo também enfrenta desafios relacionados à capacitação e à inovação. A falta de conhecimento técnico e habilidades específicas em turismo pode limitar a capacidade dos gestores municipais de desenvolver e implementar estratégias eficazes. Investir na formação contínua dos profissionais envolvidos e na adoção de práticas inovadoras, como o uso de tecnologias digitais para promoção e gestão turística, é fundamental. Além disso, a inclusão das comunidades locais no processo de planejamento e gestão do turismo pode fortalecer o consórcio, garantindo que as iniciativas sejam alinhadas às necessidades e expectativas da população, promovendo um desenvolvimento turístico mais sustentável e inclusivo.

Além disso, a vontade política dos municípios envolvidos e a aprovação de leis municipais favoráveis são grandes desafios para a implementação de um consórcio intermunicipal de turismo. A criação e manutenção de um consórcio requerem o comprometimento político dos gestores locais para alinhar políticas públicas e aprovar legislações que viabilizem a cooperação intermunicipal. A ausência de um marco legal adequado pode gerar insegurança jurídica, dificultando a formalização e operação do consórcio. Além disso, a mudança de mandatos políticos pode afetar a continuidade dos projetos, uma vez que novos gestores podem ter prioridades diferentes. Portanto, é fundamental assegurar um engajamento político consistente e a institucionalização do consórcio por meio de leis municipais, que garantam a continuidade e estabilidade das iniciativas de turismo regional.

4.5. Propostas de aprimoramento

Para aprimorar a implementação de um consórcio intermunicipal de turismo, é essencial investir na capacitação técnica e na formação continuada dos gestores e profissionais envolvidos. Programas de treinamento e workshops focados em gestão de turismo, marketing turístico e governança colaborativa podem equipar os gestores municipais com as habilidades e conhecimentos necessários para desenvolver e implementar estratégias

eficazes. Além disso, incentivar a troca de experiências e a cooperação técnica entre municípios pode fortalecer as capacidades institucionais, promovendo uma abordagem mais integrada e profissionalizada na gestão do turismo regional.

Outra proposta de aprimoramento envolve a criação de mecanismos financeiros sustentáveis para apoiar o consórcio. Estabelecer fundos específicos para o turismo, financiados por meio de parcerias público-privadas, impostos turísticos ou contribuições dos municípios participantes, pode garantir a disponibilidade contínua de recursos para o desenvolvimento de projetos e infraestrutura turística. A adoção de práticas de transparência e prestação de contas na gestão financeira é necessária para manter a confiança dos *stakeholders* e a sustentabilidade do consórcio.

Ou seja, é vital fortalecer a vontade política e o apoio institucional para a consolidação do consórcio. Promover o diálogo contínuo entre os líderes municipais e os demais *stakeholders*, incluindo empresários e a sociedade civil, pode garantir que as prioridades e interesses de todos os envolvidos sejam considerados. A institucionalização do consórcio por meio de legislações municipais específicas pode proporcionar um marco legal robusto que assegure a continuidade das iniciativas, independentemente de mudanças administrativas. Além disso, campanhas de sensibilização e *advocacy* podem mobilizar o apoio da comunidade e dos gestores políticos, destacando os benefícios econômicos, sociais e culturais do turismo regional integrado. Essas ações coletivas são fundamentais para consolidar a cooperação intermunicipal e promover um desenvolvimento turístico sustentável e inclusivo.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados da pesquisa indicam que o Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí tem desempenhado um papel significativo na promoção do desenvolvimento turístico regional. A integração dos municípios participantes através deste consórcio tem permitido uma colaboração efetiva na identificação e desenvolvimento de atrativos turísticos compartilhados, aumentando assim a atratividade da região como um destino turístico. A análise dos dados revelou que a cooperação entre os municípios resultou na criação de rotas turísticas integradas, que valorizam tanto o patrimônio cultural quanto o natural da região, contribuindo para um aumento significativo no número de visitantes e na geração de receita para as comunidades locais.

Além disso, os resultados também demonstraram que o consórcio facilitou a captação de recursos financeiros e técnicos para a implementação de projetos turísticos de maior escala, que seriam inviáveis para os municípios isoladamente. Esta capacidade de mobilização de recursos tem sido fundamental para a melhoria da infraestrutura turística, a promoção de eventos culturais e a realização de campanhas de marketing conjuntas, que têm contribuído para fortalecer a identidade regional e aumentar a competitividade no mercado turístico.

A análise dos dados qualitativos revelou ainda que um dos principais fatores de sucesso do consórcio tem sido a governança colaborativa e transparente, que envolve a participação ativa dos gestores públicos, empresários locais e representantes da sociedade civil. Esta governança inclusiva tem promovido um ambiente favorável à inovação e à adaptação às mudanças nas demandas turísticas, permitindo ao consórcio responder de forma eficaz aos desafios emergentes, como a sustentabilidade ambiental e a gestão integrada dos recursos naturais.

Pode-se concluir que os resultados positivos obtidos com o Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí destacam a importância da cooperação intermunicipal como uma estratégia eficaz para o desenvolvimento turístico regional. A análise desses resultados contribui não apenas para o entendimento teórico sobre os benefícios dos consórcios intermunicipais de turismo, mas também oferece insights práticos para gestores públicos e demais *stakeholders* interessados em promover o desenvolvimento sustentável e integrado através do turismo.

REFERÊNCIAS

BRESSER-PEREIRA, L. C. (2001). **Gestão do Público: Estado e Governo**. São Paulo: Editora FGV.

MATIAS-PEREIRA, J. (2010). **A governança corporativa aplicada no setor público brasileiro**. APGS, Viçosa, 2 (1), 109-134, jan./mar. <https://doi.org/10.21118/apgs.v2i1.4015>

MATIAS-PEREIRA, J. (2022). **Governança no setor público: ênfase na melhoria da gestão, transparência e participação da sociedade**: Governance in the public sector: emphasis on improving management, transparency and society participation. Brazilian Journal of Development, 8(8), 56419–56441. <https://doi.org/10.34117/bjdv8n8-105>

SOUZA, C. **Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 2018.

LIMA, M. **Desafios e Perspectivas do Desenvolvimento Regional**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2021.

HALL, C. M., & PAGE, S. J. (2006). **The Geography of Tourism and Recreation: Environment, Place and Space**. London: Routledge.

CONCEIÇÃO, C.C., DOS ANJOS, F.A., DOS ANJOS, G.S.J. Power Relationship in the Governance of Regional Tourism Organizations in Brazil. *Sustainability*, 11 (3062), 1-15, 2019. Disponível em:< <https://www.mdpi.com/2071-1050/11/11/3062>>. Acesso em: 23 de jul. de 2024.

BENI, M. C. **Análise da Sustentabilidade no Turismo Brasileiro**. São Paulo: Editora Aleph, 2019.

BARRETO, J. F. **Turismo e Sustentabilidade: Perspectivas e Desafios no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Senac, 2020.

HULST, R., & MONTFORT, A. van. (2007). **Inter-Municipal Cooperation in Europe**. Dordrecht: Springer.

RHODES, R. A. W. (1996). **The New Governance: Governing without Government**. *Political Studies*, 44(4), 652-667.

OSBORNE, S. P., & BROWN, L. (2011). **Innovation in Public Services: Engaging with Risk**. London: Routledge.

SANTOS, A. P. **Desenvolvimento Turístico Comunitário no Brasil**. São Paulo: Editora Senac, 2020.

Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí. **Sobre o CIMVI**. Disponível em < <https://cimvi.sc.gov.br/o-cimvi/>> Acesso em 23 jul. 2024.

Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí. **Gestão em Turismo**. Disponível em < <https://cimvi.sc.gov.br/gestao-em-turismo/> > Acesso em 23 jul. 2024.

Vale Europeu Catarinense. **Circuito Cicloturismo**. Disponível em < <https://valeeuropeucatarinense.com.br/circuito-cicloturismo/>> Acesso em 23 jul. 2024.

BRASIL. Lei nº 14.659/23, de 23 de agosto de 2023. Confere ao Município de Timbó, no Estado de Santa Catarina, o título de Capital Nacional do Cicloturismo. Brasília, DF.

APÊNDICE A – Normas Técnicas para a Elaboração do TCC

Neste apêndice são apresentadas as principais normas a serem seguidas na formatação e formalização do TCC, conforme Tabela 1:

Tabela 1

Detalhamentos de formatação e formalização

Painel A: Características Gerais

Dado	Descrição
Papel	A4
Margens	Esquerda e superior: 3 cm, margem direita e inferior: 2 cm
Espaçamento entre linhas	1,5 linhas
Espaçamento entre parágrafos	0 pt antes e depois
Tabulação	1,25cm
Alinhamento	Justificado
Fonte	Times New Roman 12
Numeração das páginas	Canto superior esquerdo, Fonte Times New Roman, tamanho 11. Aparecerá apenas a partir da Introdução.

Painel B: Títulos e Subtítulos

Títulos, subtítulos e demais seções	Exemplo
Títulos dos capítulos (seção primária): em negrito, caixa alta (maiúsculas).	1. TÍTULO
Subtítulos dos capítulos (seção secundária): em negrito, caixa baixa (minúsculas)	1.1. Subtítulo
Demais Subtítulos dos capítulos (seção terciária): negrito e itálico (minúsculas)	1.1.1. Seção Terciária
Demais Subtítulos dos capítulos (seção quaternária): normal	1.1.1.1. Seção Quaternária

Observação: Se for mais de uma linha, deve utilizar-se o espaço simples, sem espaçamento entre linhas. Atentar para a tabulação de 1,25cm para o início da descrição dos títulos, ou seja, a tabulação do trabalho deve ser respeitada.

Painel C: Tabelas e Figuras

Dado	Descrição
Fonte	Times New Roman, tamanho 10.
Espaçamento entre linhas	Simples.
Espaçamento antes e depois	3 pt.
Cores em tabelas	Preferencialmente utilizar apenas as cores preta e branca (escala de cinza). O uso de cores só é justificado nos casos em que sejam essenciais para a compreensão do conteúdo.

Título	O título de tabela precisa ser breve, claro e explicativo. Ele deve ser colocado acima da tabela, no canto superior esquerdo, e logo abaixo da palavra Tabela (com a inicial maiúscula), acompanhada do número que a designa. As tabelas são apresentadas com números arábicos de forma sequencial e dentro do texto como um todo. Ex.: Tabela 1, Tabela 2, Tabela 3, etc. (caso seja figura, o nome será Figura) Títulos, em quaisquer posições, nunca são empregados com ponto final.
Demais informações	Consultar modelos e informações detalhadas para elaboração de Tabelas e Figuras em: https://stperiodicos.blob.core.windows.net/rac/Breve_resumo_das_normas_da_APA_7-ed_ANPAD.pdf Informações disponíveis a partir da página 43.

Painel D: Citações e Referências

Descrições

Norma: APA 7 edição

Seguir diretrizes de referências e citações descritas em:

https://stperiodicos.blob.core.windows.net/rac/Breve_resumo_das_normas_da_APA_7-ed_ANPAD.pdf

Todas as citações devem ser referenciadas. Caso não sejam, isso pode ser considerado plágio.

Fonte: elaborado pelos autores.